

Prof. Dr. Luís Afonso Heck

Semestre de verão de 2017

Para uso em aula – UFRGS – Faculdade de Direito

### **MORALIDADE (Sittlichkeit)**

Moralidade (Sittlichkeit), designa um entendimento da pessoa de orientar-se desde obrigação própria em uma vinculatividade (social) geral e designa, igualmente, uma realidade social e histórica na qual tais vinculatividades realizam-se (em instituições e formas de vida). O conceito acentua uma diferença clara para com mera moralidade vivida, isto é, para com uma compreensão do correto que é determinada pela ordem dada e os costumes de vida socialmente enformados. Por conseguinte, a pretensão plena da moralidade está vinculada na formação da ideia da autodeterminação. – Em Aristoteles pode ser falado de moralidade em dois sentidos diferentes. De uma parte, o conceito de virtude abrange o aspecto da decisão consciente: o virtuoso – entendido no sentido da habilidade moral – é caracterizado como alguém que não se deixa dirigir por gana ou não-gana. Ele sabe distinguir o bem aparente do bem realmente e efetiva, desde uma decisão clara, uma atuação por causa de si mesma. Também a escolha do meio correto deve ser estimada como consideração moral. O outro – aspecto com isso unido – está em conexão com o conceito de aspiração, no qual o objetivo reside no atuar mesmo, isto é, em uma perfeição imanente ao agente. Ele apresenta uma aspiração que vale como conveniente em si mesma. Mas a – em comparação para com a modernidade – moralidade limitada em Aristoteles mostra-se nisto, que o agente tem de ter internalizada a norma do etos e tem de tomar a ordem vinculativa como objetivo do atuar.

Desde Kant entende-se sob moralidade a concordância de uma atuação com as normas reconhecidas como universalmente vinculativas. Sua vinculatividade universal baseia-se em sua fundamentabilidade racional, que deve ser reconhecida livremente e não imposta por aplicação de coerção ou em virtude de tradição. A compreensão subjetiva correspondente corresponde à de uma autodeterminação e autovinculação. Essa autoconsciência representa aquela vontade que toma posição para com suas apetências em vez de seguir

elas cegamente. Como vontade moral ela é exortada a determinar-se mesma segundo regras próprias e formar essas regras segundo máximas gerais (e não subjetivamente arbitrarias). De Kant a moralidade deixa determinar-se como aquela forma de vinculatividade, em virtude da qual uma prática será, com vista ao seu sentido e sua responsabilidade, apreciada para si e como ela própria. – A crítica de Hegel a Kant exige a moralidade como uma razão a ser realizada e realizada na realidade. Ele critica em Kant a limitação do ser racional a uma pura interioridade. Ele critica isso como razão prática dividida, uma vez que é abstraído da realidade externa, à qual o indivíduo pertence e na qual ele tem de atuar. Sua disputa com Kant desemboca na tese, a moralidade (Moralität) de Kant como forma da moralidade (Sittlichkeit) de modo algum admite a ideia de uma realização do racional na realidade. Se a bifurcação em pura determinação da vontade racional, por um lado, e atuação sob condições externas, por outro, deve ser anulada, têm de ser tomadas providências na realidade social que correspondem objetivamente a tais colocações morais. A moralidade (Moralität) da atitude tem de ser substituída por moralidade (Sittlichkeit) das formas de vida históricas.

**Fonte:** ver *Metzler-Philosophie-Lexikon: Begriffe und Definitionen*/Hrsg. von Peter Precht und Franz-Peter-Burkard. 2. Aufl., Stuttgart; Weimar: Metzler, 1999.

Para a palavra *Gesinnung* (atitude)

... – Pela interpretação cristã da tranquilidade da alma como a unidade da razão humana com a razão divina (ou com a ordem cósmica, por deus criada, compreendida contemplativamente) cabe, outra vez, à atitude um significado particular: como a unidade da razão humana e divina não é obtida pela consequência da atuação, pelas obras da pessoa, mas pelo volver espiritual da pessoa para deus e seu mundo, ganha também o atuar da pessoa seu valor da postura espiritual do agente, reside, com isso, o bem na atitude (P. Abaelard). Nisso, a atitude ganha seu valor moral não na compreensão kantiana como autodeterminação autônoma, mas como obediência perante deus e como seguimento da vontade de deus. A ética filosófica da idade média ocupa-se, então também, sobretudo, com o problema, como pode ser entendido o bem

simultaneamente como aquilo que o particular deve querer e alcançar e como aquilo que (somente) pela vontade divina é determinado.

...

**Fonte:** Mittelstraß, Jürgen (Hg.). Enzyklopädie Philosophie und Wissenschaftstheorie. Band 3. Stuttgart - Weimar: J. B. Metzler, 2004.

**Obs.:** os sublinhados não estão no original.